

Nas solenidades de inauguração da nova sede, a Tropa estadual perfilou-se diante do Presidente do Tribunal de Justiça, Desembargador Balthazar Gama Barbosa, que conduziu o hasteamento da bandeira.



Soldados do Batalhão Bento Gonçalves compoem a guarda de honra na solenidade de inauguração do Palácio da Justiça. Pela manhã, Dom Vicente Scherer abençoou o crucifixo, entronizado no Salão do Tribunal Pleno.

## OCUPAÇÃO E DESCARACTERIZAÇÃO

Antes mesmo da ocupação de 1968, o projeto do Palácio da Justiça, definido em 1953, já não correspondia às novas demandas da Justiça. Durante as obras, as plantas foram sofrendo alterações, à medida que o Judiciário crescia. O Juizado de Menores e a Procuradoria-Geral do Estado, incluídos no programa inicial, nem chegaram a ocupar o prédio, cedendo espaço a outras funções.

Tão logo foi inaugurado, uma reforma no 4º andar abriu espaço para instalar o Tribunal de Alçada, em 1971. E assim foi nas últimas décadas: o Tribunal de Justiça crescia, e a demanda por espaço exigia sucessivas reformas. Essas intervenções trouxeram grande prejuízo a elementos arquitetônicos essenciais à identidade do edifício. Os terraços foram fechados e ocupados por Secretarias de Câmaras, salas de sessões, gabinetes. O mesmo destino tiveram a Galeria de Casamentos, o restaurante e a ampla área iluminada que contornava a escadaria a cada andar. No térreo, o hall de entrada foi bloqueado por divisórias e o Salão do Júri foi desmontado para abrigar parte do Tribunal de Alçada.



Imagens da reforma feita para a instalação do Tribunal de Alçada no 4º andar, em 1971. Ali funcionou por muitos anos a sala de sessões conhecida como Plenarinho, demolida no início das obras de recuperação do Palácio da Justiça, em 2001, para ceder lugar às novas instalações da Corregedoria-Geral.

À direita, o Palácio da Justiça, em 1968, tal como foi inaugurado, com os terraços abertos; à esquerda, já com os terraços fechados por esquadrias e alvenarias. Nesse processo de ocupação desordenada, apenas os terraços do Tribunal Pleno foram preservados.



## A INAUGURAÇÃO DO PALÁCIO DA JUSTIÇA

Em 28 de dezembro de 1968, o Tribunal de Justiça deixou o edifício Comendador Azevedo e instalou-se oficialmente no Palácio da Justiça, retornando à Praça da Matriz. Mas, desde 1962, a primeira instância vinha ocupando os primeiros pavimentos, à medida que eram concluídos.

O Desembargador Balthazar Gama Barbosa, Presidente do Tribunal de Justiça, conduziu as solenidades de inauguração, iniciadas às 9 horas da manhã com uma missa celebrada pelo Arcebispo Dom Vicente Scherer. Às 10 horas, em sessão especial do Tribunal, foi entronizado no Salão Pleno o crucifixo que ainda hoje se pode ver nas sessões plenárias.

À noite, um coquetel foi oferecido a convidados e autoridades, dentre as quais estavam o Governador, Cel. Walter Peracchi Barcellos; o Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Waldir Lopes; o Procurador-Geral da Justiça, Dr. Pery Condessa; e o Prefeito Municipal, Célio Marques Fernandes, além de Ministros do STF e autoridades militares.

O Juiz de Paz oficiava o matrimônio civil na Galeria de Casamentos do Palácio da Justiça; acima, foto do casamento de Adair Lopes Pithan e Leopoldina Petry, 29 de dezembro de 1962.



O Juiz de Paz oficiava o matrimônio civil na Galeria dos casamentos do Palácio da Justiça; acima, foto do casamento de Adair Lopes Pithan e Leopoldina Petry, 29 de dezembro de 1962.

## A GRADATIVA DESOCUPAÇÃO DOS ESPAÇOS DO PALÁCIO

Apesar das reformas e dos espaços densamente ocupados, o Palácio da Justiça parecia ficar cada vez menor. Algumas funções da Justiça passaram a ser exercidas em outros prédios, como no da Secretaria da Fazenda e no Forte Apache.

Com a construção do Foro Central, que abrigou o primeiro grau em 1989, e a mudança do Tribunal de Alçada para imóvel locado, em 1990, ficaram no prédio apenas o segundo grau e as funções administrativas. Ainda assim, logo suas dependências voltariam a ser insuficientes, e novo edifício foi construído para abrigar o Tribunal. Em janeiro de 1998, a 4ª Câmara Criminal deixou o Palácio, iniciando a transferência do segundo grau para as novas instalações, na Av. Borges de Medeiros. E, em 22 de novembro de 1999, o Pleno do Tribunal realizou sua última sessão no Palácio da Justiça, concluindo a mudança das atividades jurisdicionais para o novo prédio. Em janeiro de 2000, apenas a Alta Administração e as atividades administrativas permaneciam no Palácio.